

Rumos

As roças coletivas do Demene

Estudos na Alta Amazônia revelam como vivem os caboclos da região

Da Agência Estado

Nos cerca de 500 quilômetros de margem do Rio Demene na Amazônia foram pesquisadas 31 famílias com 181 pessoas, nas comunidades de Pai Raimundo, Samaúma, Pirico e Jalauaca. Outras quatro ocupações são exploradas por no máximo duas famílias. Além disso, 60 índios ianomamis vivem no posto da Fúnia de Ajuricaba. A primeira surpresa dos pesquisadores foi constatar que o extrativismo vegetal, de castanha, sorva, piaçava e outros produtos comuns na região, não tinha peso econômico preponderante.

A mandioca como monocultura, com rendimento de duas toneladas de farinha, em média por família, para área plantada de um hectare, está dentro do padrão nacional, que já é baixo, informa o sociólogo Renato Cabral, coordenador da pesquisa sócio-econômica. No Demene, embora as roças sejam familiares, o trabalho de colher, moer e torrar a farinha é coletivo, uma herança indígena.

Apesar das comunidades plantarem mais de 40 produtos, a maioria frutas, todos se constituem como complemento alimentar, como mamão e milho. A extração vegetal como atividade econômica só foi registrada entre os índios aculturados *Baniwa*, de Pai Raimundo, que vendem artesanato feito com a fibra 'arumã'.

Vinte e nove espécies de animais, incluindo anta, peixe-boi, paca, mutum, macaco e cotia, foram apontados como principais fontes de proteína. A quantidade retirada pelos ribeirinhos na caça e pesca não representa, no entanto, ameaça ao meio ambiente, destaca Evaristo Miranda.

A criação animal, por sua vez, é muito restrita. A única que alcança números mais representativos é a avicultura, com média de 10,8 aves por família. O padrão é inferior ao registrado no sertão do Nordeste, onde a média é de 12.

Renato Cabral frisa, no entanto, que à medida que os ribeirinhos forem adquirindo valores da cidade tenderão a migrar pa-



Nova Airão: ocupação danosa pelo extrativismo de madeira exagerado

ra centros maiores, ao considerarem insuficientes para o novo padrão de consumo os recursos a que têm acesso em suas localidades de origem.

Um exemplo disso ocorreu quando da instalação da Zona Franca de Manaus, em 1967. A oferta de empregos se constituiu em fator de grande atração populacional. No censo de 70, Manaus tinha 314.197 habitantes, número que dobrou para 633.392 em 1980. As duas cidades localizadas à margem do Rio Negro antes da embocadura do Rio Demene, Novo Airão e Barcelos, perderam, respectivamente, 40 por cento e 60 por cento de sua população.

Novo Airão, penúltima cidade antes da embocadura do Demene, apresenta o tipo de ocupação danosa e desordenada que se quer evitar no Demene, diz Renato Cabral. Afamada como grande centro de construção de barcos de médio e grande porte do Amazonas, a ação desenfreada de madeireiros fez com que a madeira itaúba, matéria-prima dessa produção, se tornasse escassa.

Para suprir a necessidade de madeira da cidade e criar uma opção de transporte para a população além do rio, o prefeito Wilton Pereira dos Santos está abrindo uma estrada de 105 quilômetros para Manaus. Apressa o trabalho comprando toda a madeira retirada da selva. "Tem madeira de sobra", garante.

A influência da atração da po-

pulação por agentes externos pôde ser constatada pelo NMA em Pai Raimundo, principal comunidade do Demene. Um dos ocupantes, Pedro Alves Cardoso, 44 anos, há dois no local, foi atraído de onde morava, Tabocal, último sítio antes da aldeia ianomami, para trabalhar na extração de sorva e piaçava. "Meu irmão me disse que eu ia ganhar muito dinheiro", disse Pedro. Só sete anos depois ele conseguiu comprar uma nova roça.

Segundo o IBGE, em 1980 a ocupação humana na área da Calha Norte (projeto de ocupação executado pelo Exército) era de apenas 0,07 habitante por hectare, o que é muito baixo mesmo levando-se em conta as cidades da região. Para Evaristo Miranda, na região do Demene o Estado tem a grande chance de poder chegar antes dos vetores sócio-econômicos predatórios, delimitando áreas de preservação indígenas e parques nacionais.

Uma forma de preservar as espécies no caso de a caça e pesca externa chegarem a um ponto de desequilíbrio seria o fechamento do rio aos caçadores de fora e barcos-geladeira, que arastam o fundo com redes, nota Miranda. "Mas não adianta colocar lei para impedir um costume da sociedade, como o da caça nesta região. É necessário dar uma alternativa à população", afirma. Dessa forma, o zoneamento é o primeiro passo para organizar o espaço a longo prazo.